



Fundo Clima prevê novo recorde em 2027: proposta de gastos com operações de crédito vai a R\$ 54,7 bilhões

**Volume de recursos
previsto para o ano que
vem é quase 30% maior do
que o de 2026; saldo para
empréstimos neste ano
ainda supera R\$ 20 bilhões**



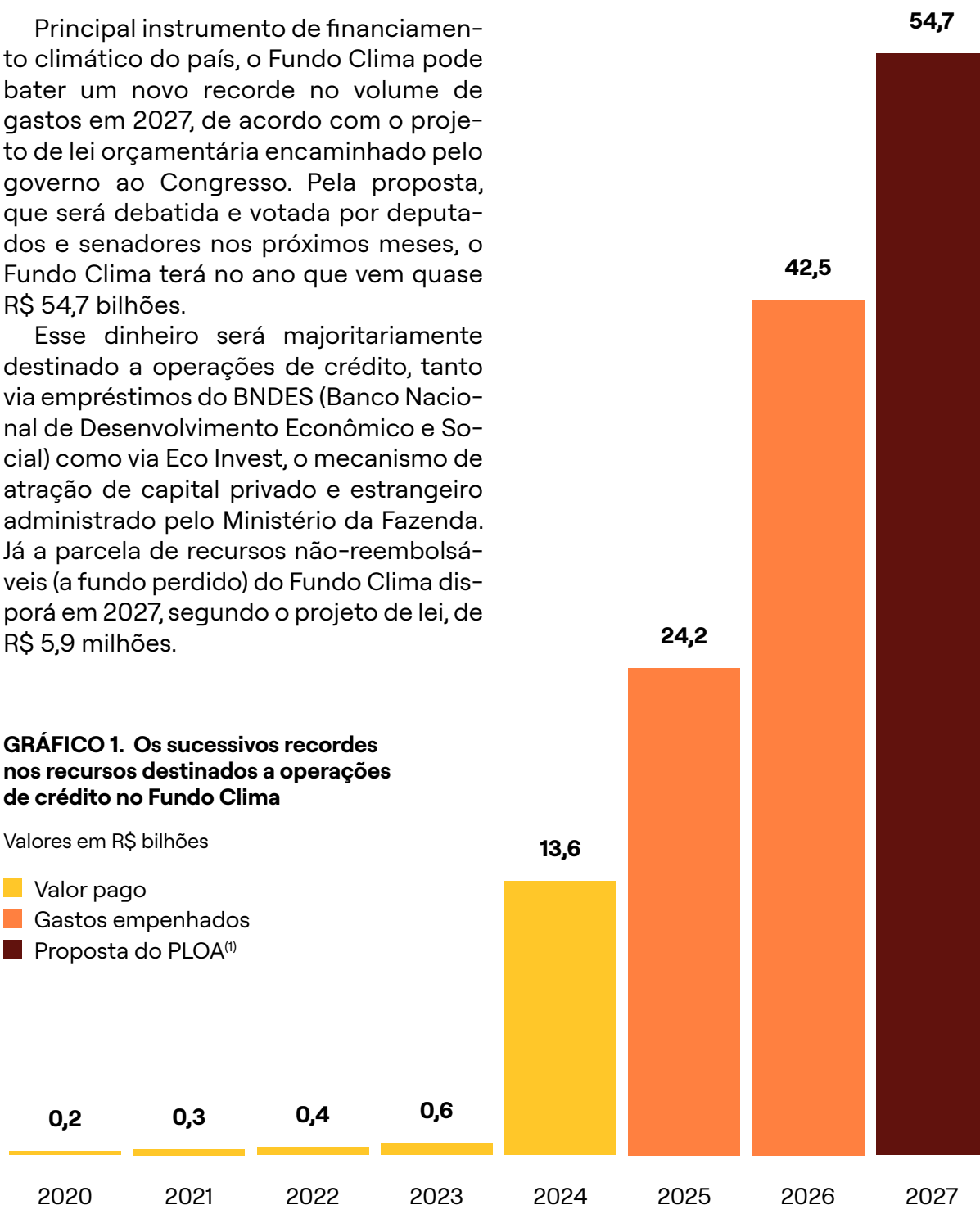
Principal instrumento de financiamento climático do país, o Fundo Clima pode bater um novo recorde no volume de gastos em 2027, de acordo com o projeto de lei orçamentária encaminhado pelo governo ao Congresso. Pela proposta, que será debatida e votada por deputados e senadores nos próximos meses, o Fundo Clima terá no ano que vem quase R\$ 54,7 bilhões.

Esse dinheiro será majoritariamente destinado a operações de crédito, tanto via empréstimos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) como via Eco Invest, o mecanismo de atração de capital privado e estrangeiro administrado pelo Ministério da Fazenda. Já a parcela de recursos não-reembolsáveis (a fundo perdido) do Fundo Clima disporá em 2027, segundo o projeto de lei, de R\$ 5,9 milhões.

GRÁFICO 1. Os sucessivos recordes nos recursos destinados a operações de crédito no Fundo Clima

Valores em R\$ bilhões

- Valor pago
- Gastos empenhados
- Proposta do PLOA⁽¹⁾



(1) A Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) é o projeto de lei elaborado anualmente pelo Poder Executivo e enviado ao Congresso Nacional até 31 de agosto de cada ano (art. 165 da Constituição)
Fonte: Siop/Ministério do Planejamento/elaboração própria



O valor previsto para as operações de crédito do Fundo Clima em 2027 para financiar projetos de redução das emissões de gases de efeito estufa e também de adaptação às mudanças climáticas é quase 30% maior do que o recorde registrado em 2026, de R\$ 42,5 bilhões.

Dos R\$ 27,5 bilhões destinados a empréstimos via BNDES em 2026, o banco ainda tem um saldo de mais de R\$ 20 bilhões para investir neste ano. O Painel do Fundo Clima, mantido pelo BNDES, informa que as operações aprovadas atingiram em 31 de agosto quase R\$ 6,6 bilhões.

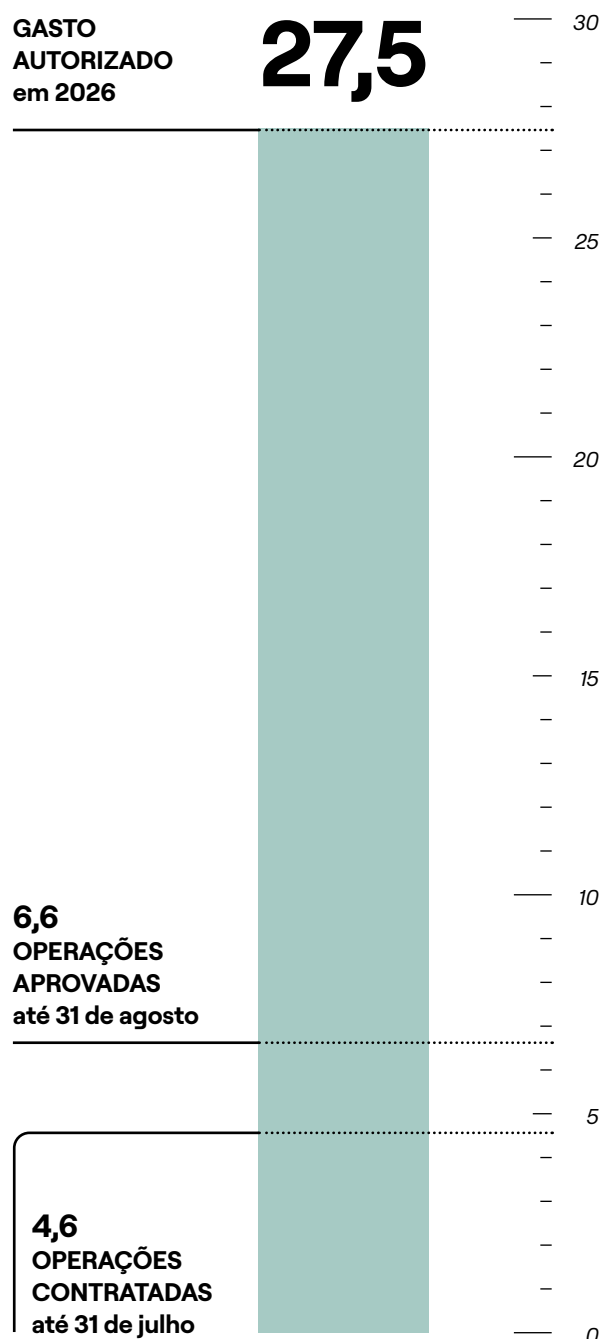
O banco divulga detalhes das operações a partir da etapa seguinte, de efetiva contratação dos financiamentos, com pouco mais de um mês de atraso. Os contratos com recursos do Fundo Clima alcançaram até 31 de julho R\$ 4,6 bilhões. Por ora, é desconhecido o destino do dinheiro de cerca de R\$ 2 bilhões de operações já aprovadas em agosto, mas ainda não contratadas.

Em julho, a base de dados do BNDES⁽²⁾ registrou apenas dois contratos na planilha de operações não-automáticas, aquelas que envolvem maiores volumes de recursos e uma análise mais detalhada.

O maior deles, no valor de R\$ 250 milhões, irá para a construção de uma fábrica de etanol de milho no município de Campo Novo de Parecis, no Mato Grosso. A empresa beneficiária do financiamento, a FS, uma das maiores produtoras de etanol de milho do país, já havia contratado um primeiro financiamento de R\$ 500 milhões para outra fábrica, em Querência (MT). A produção de biocombustíveis continua liderando as contratações do Fundo Clima.

GRÁFICO 2. Operações aprovadas e contratadas em 2026

Valores em R\$ bilhões



(2) <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/centraldedownloads/#>

Fonte: BNDES/Elaboração Instituto Talanoa



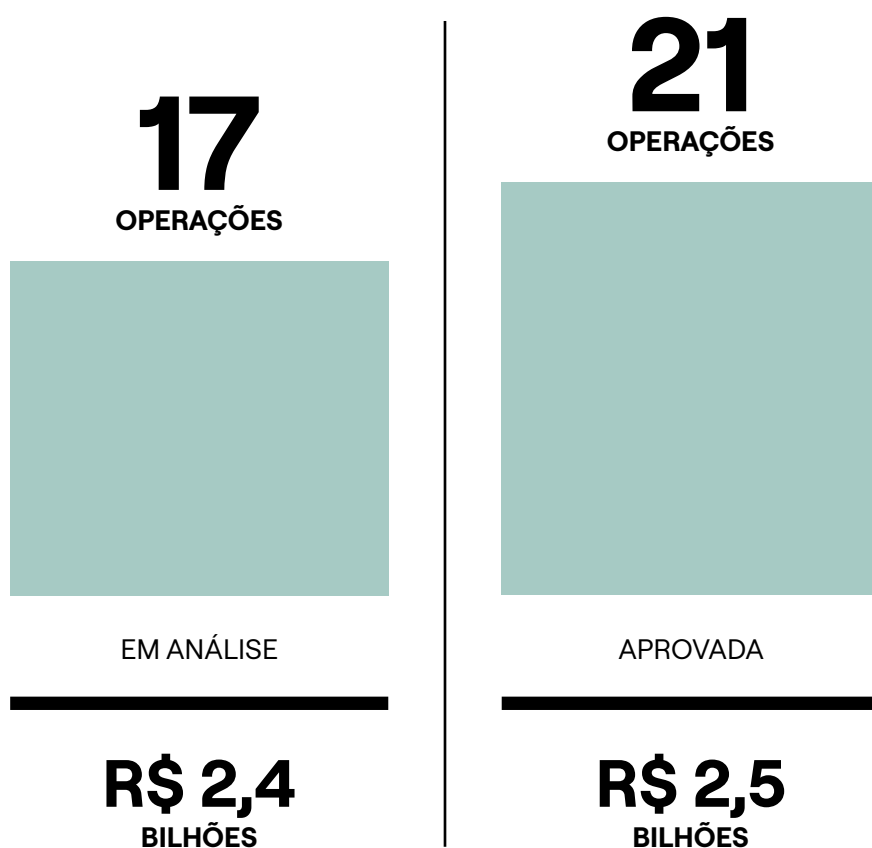
Um segundo financiamento em julho destinará R\$ 35 milhões à produção de carvão vegetal numa empresa de ferro-ligas em Maracás (Bahia). Nenhuma operação no período se aproximou do novo limite de financiamento do Fundo Clima, fixado em R\$ 1 bilhão.

Não foi registrado nenhum novo contrato com prefeituras ou governos estaduais em julho, e os pedidos em análise no BNDES com recursos do Fundo Clima não avançaram no período. Havia em 31 de julho R\$ 4,9 bi em 36 operações com a administração pública em análise ou aprovadas, à espera da contratação, de

acordo com o Monitor do Fundo Clima, mantido pelo Instituto Talanoa.

A reunião extraordinária do Comitê Gestor do Fundo Clima prevista para o início de setembro foi adiada para depois das eleições de outubro. A expectativa é que o comitê ajuste o Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR) de 2026. Há pressão para o Fundo Clima financiar a lavra de minerais críticos. O uso do Fundo Clima ficaria limitado ao fomento do beneficiamento e da transformação mineral, de acordo com a nova Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNM-CE), aprovada em setembro pelo Senado.

GRÁFICO 3. Operações em análise e já aprovadas com estados e municípios





Um eventual veto presidencial ao artigo 20 da PNMCE deixaria em aberto a possibilidade de o Fundo Clima financiar a lavra por meio de um ajuste no plano de alocação de recursos. **Essa possibilidade foi criticada pelo Instituto Talanoa em documento lançado em agosto.** A lavra já conta com outros mecanismos de financiamento, e os financiamentos do Fundo Clima devem trazer resultados climáticos mais claros.



Acesse o documento nas publicações do institutotalanoa.org



institucional@institutotalanoa.org



[@institutotalanoa](https://www.instagram.com/institutotalanoa)



[Instituto Talanoa](https://www.linkedin.com/company/instituto-talanoa)